



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004017-91.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio**
 Requerente: **Condomínio Moradas São Carlos I**
 Requerido: **Leandro Roberto Aguiari**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor cobra da parte ré importâncias relativas a taxas de condomínio (despesas de administração, conservação, limpeza, Rateio/Acordo extra) conforme relatório que apresentou.

A parte ré assumiu a dívida, além de não impugnar o valor postulado pelo autor.

Limitou-se a arguir que não reúne condições financeiras para adimplir sua obrigação, argumento à evidência destituído de natureza jurídica.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

O débito a cargo da parte ré restou satisfatoriamente apurado e nenhum dado foi suscitado para lançar dúvidas a seu propósito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a parte ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 4.323,13, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a parte ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**